

psi

nº 176 • outubro | novembro • 2013

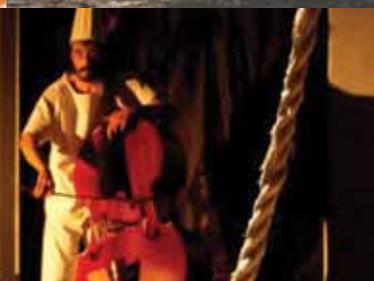


Conselho Regional
de Psicologia SP

PSICOLOGIA

Avanços em várias frentes

30h
semanais



Balanco da atuação no último triênio indica conquistas como a maior valorização do(a) psicólogo(a) e consolidação do CRP SP como referência para o público externo



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Gestão triênio 13/16

Diretoria

Presidenta | Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta | Maria Erminia Ciliberti
Secretário | Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Tesoureiro | Adriana Eiko Matsumoto

Conselheiros(as)

Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Porto Noronha, Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Maria Erminia Ciliberti, Marília Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Ana Maria Falcão de Aragão Sadalla, Bruno Simões Gonçalves, Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schizzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Jonathas José Salathiel da Silva, Livia Gonsalves Toledo, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria das Graças Mazarin de Araujo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane Aparecida Piva, Sandra Elena Spósito, Sérgio Augusto Garcia Junior, Silvio Yasui.

Comissão de Comunicação

Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenadora de Comunicação Christiane Gomes

Gestão triênio 10/13

Diretoria

Presidenta | Maria de Fátima Nassif
Vice-presidenta | Carolina Helena Al. de Moraes Sombini
Secretária | Maria Orlene Daré
Tesoureiro | Leandro Gabarra

Conselheiros(as)

Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Câmara, Janaína Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Maria de Fátima Nassif, Mariângela Aoki, Maria Orlene Daré, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes, Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, José Ricardo Portela, Lilihan Martins da Silva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini.

Comissão de Comunicação

Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenadora de Comunicação Christiane Gomes

A CONTINUIDADE DO PROJETO ÉTICO E OS DESAFIOS DA NOVA GESTÃO • XIII e XIV Plenários expõem seus entendimentos sobre os avanços conquistados nos últimos anos. **3**

UM DIA NA VIDA | OS CAMINHOS DA PSICOLOGIA CLÍNICA • As experiências e os desafios de duas profissionais da área clínica que vivenciam diferentes realidades estruturais. **4**

CLÍNICAS DO TESTEMUNHO | DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE • CRP SP apoia o projeto de atendimento às vítimas da ditadura conduzido pelos institutos Sedes Sapientiae e Projetos Terapêuticos. **7**

CAPA/GESTÃO | CONSELHO MAIS PRÓXIMO DA CATEGORIA • Planejamentos estratégicos levaram a aprimoramentos em sistemas e procedimentos que facilitaram a integração. **10**

CAPA/VALORIZAÇÃO | ATUAÇÃO ÉTICA E QUALIFICADA • Posicionamentos e ações do Conselho contribuíram para a valorização da psicologia e a atuação da categoria. **14**

CAPA/LUTAS | À FRENTE DE JUSTAS BANDEIRAS • Causas nas quais o CRP SP se envolveu estão relacionadas não apenas aos interesses da categoria, mas também de toda a sociedade. **17**

CAPA/PARCEIRIAS | JUNTOS E MAIS FORTES • Ações conjuntas com órgãos representantes dos três poderes amplificam e conferem mais credibilidade ao Conselho. **21**

CAPA/PRODUÇÃO | MERGULHO NO CONHECIMENTO • Materiais produzidos no último triênio vão de vídeos a cartilhas para qualificar e embasar ainda mais o trabalho do(a) psicólogo(a). **23**

QUESTÕES ÉTICAS | UM BALANÇO DOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS • Em relação à gestão anterior, o número de representações recebidas foi ampliado em mais de 50%, principalmente em virtude de fiscalizações. **25**

ORIENTAÇÃO | ESCLARECIMENTOS AOS QUE ATUAM EM RECURSOS HUMANOS • Psicólogos(as) credenciados nos Detrans e da área de RH devem respeitar critérios na adoção de testes e avaliações psicológicos. **27**

SUBSEDES | EM DEFESA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA • Eventos alusivos aos 23 anos de criação do ECA reforçam a posição do CRP SP contrária à redução da maioria penal. **28**

MURAL | CONHEÇA O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA • A ferramenta é mais um serviço de aproximação com a categoria. Veja também outras notícias de interesse do exercício profissional. **29**

ESTANTE • Seção sugere sete obras, que abordam da realidade trans ao envelhecimento de acordo com o entendimento do escritor Gabriel Garcia Marquez. **31**

A continuidade do projeto ético e os desafios da nova gestão

Esta edição da *PSI* caracteriza-se pela transição entre o XIII e o XIV Plenários do CRP SP. Nosso projeto político, engajado na luta por uma Psicologia que protagonize, em conjunto com outras forças sociais, a universalização de direitos, ganha ainda mais consistência e abrangência. Novos desafios se apresentam, o que demanda a criação de novas estratégias, a ampliação de coletivos e a inovação dos processos de comunicação. Afinal, sustentar princípios tão basilares como a democracia, os direitos humanos e o cuidado com a singularidade não é tarefa fácil em um mundo que insistentemente convida ao totalitarismo e à uniformização das vidas.

Mas o exercício criativo demanda, necessariamente, a retomada de nossos compromissos e nossa produção. Por isso, a *PSI* traz a público um balanço da gestão 2010/2103, tomando como eixo principal a efetivação das deliberações do VII Congresso Nacional da Psicologia (VII CNP). O trabalho de gestão se fez a cada dia, todos os dias, com muitas pessoas empenhadas: desde as permanentes, como os(as) conselheiros(as), gestores(as) e trabalhadores(as), até as eventuais, como os(as) colaboradores(as), especialistas e convidados(as). Assim, tecido com presenças constantes e passageiras, os diferentes temas foram aprofundados e entrelaçados em uma rede que compõe nosso exercício profissional. Convidamos à leitura, que indica avanços e impasses, seja no âmbito da democratização das relações com os(as) profissionais, na produção e no debate de referências para a atuação, seja na defesa, nas três esferas de poder, do lugar da Psicologia na produção de condições dignas de vida para toda a população.

O resumo das atividades realizadas, acompanhado da avaliação a respeito das conquistas e dos caminhos ainda por trilhar, pretende servir de estímulo à maior apropriação do CRP SP por parte de nossa categoria. É também um momento de boas-vindas ao XIV Plenário, abrindo-lhe a casa e desejando muitas e significativas conquistas,



Conselheiros(as) do XIV Plenário do CRP SP

porque sabemos que segue o trabalho de cuidar para que a Psicologia seja, a cada dia, mais digna e consonante com as demandas e aspirações de nossa categoria e da sociedade.

A continuidade desse trabalho exige a apropriação da trajetória construída e o reconhecimento dos novos desafios que o caminho trilhado nos aponta para essa etapa. Aprofundar processos de interiorização, levando as referências produzidas pelo Conselho aos psicólogos(as) distribuídos(as) pelo Estado; radicalizar a transparência e ampliar os canais de comunicação da categoria e da sociedade com o Conselho, permitindo acompanhamento e participação na gestão; reconhecer necessidades das mais diversas áreas e os espaços de atuação profissional e produzir, em diálogo com as entidades e coletivos que organizam a profissão, respostas e diretrizes que permitam a qualificação e ampliação do exercício profissional são algumas das prioridades nesse novo momento. Ao mesmo tempo, é preciso garantir que a Psicologia identifique os processos e enfrentamentos vividos pela sociedade brasileira na luta pela conquista de direitos e protagonize ações e posicionamentos que ampliem seu reconhecimento e reafirmem a direção ético-política de sua atuação na realidade: uma atuação que esteja pautada pela construção da democracia e da igualdade. Neste momento, em que a sociedade vai às ruas e coloca em questão a participação social que temos construído e os rumos

das políticas públicas que temos implementado, é preciso afirmar posições acerca do Estado e das políticas que queremos aplicadas, dos direitos que queremos garantidos. A Psicologia tem muito a dizer sobre isso como profissão que trabalha com a constituição do sujeito e da subjetividade nesse processo histórico. Assim, como Conselho Profissional, é preciso estar nos espaços de controle social, ao lado dos movimentos sociais e de forma participativa, realizando esse diálogo crítico com o Estado.

Os desafios serão muitos. Ampliemos e diversifiquemos nossos espaços, práticas e campos de trabalho. Esse processo implica a ampliação de problemáticas a serem compreendidas, de referências profissionais a serem construídas, de condições sob as quais o trabalho da Psicologia se realiza. Para garantir a qualidade ética do exercício profissional é preciso considerar e atuar em relação a essas dimensões. E é preciso que tenhamos muito diálogo, pois somos todos nós que cotidianamente realizamos e construímos a Psicologia.

Que a avaliação do caminho trilhado nesses últimos três anos nos permita sistematizar com clareza os desafios futuros, e que partilhar esse balanço com todos(as) os(as) psicólogos(as) de São Paulo seja um convite para que estejam também nessa próxima gestão apontando e construindo os rumos necessários à nossa profissão.

XIII e XIV plenários do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Os caminhos da psicologia clínica

DUAS profissionais, uma em início e outra com longa carreira, apresentam suas agitadas rotinas

A clínica é o segmento de atuação da maioria dos(as) psicólogos(as) brasileiros(as). Em 2009, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), cerca de 80% dos(as) profissionais trabalhavam nessa área. Mais: de acordo com a obra *Quem é a psicóloga brasileira – Mulher, Psicologia e Trabalho*, lançada este ano pelo CFP, 31% dos títulos conquistados pelas psicólogas, sem distinções por nível da pós-graduação, são em psicologia clínica.

Entre os(as) profissionais, há os(as) que já conquistaram estabilidade e os(as) muitos(as) iniciantes, que seguem em busca de aprimoramento e espaço. É o caso de Grazielly Bertolli que, formada há apenas quatro anos, divide sua rotina entre a área educacional e o consultório. “Sou da primeira turma de bolsistas do ProUni. Já trabalhava na educação, e a necessidade era Pedagogia, mas meu desejo era a Psicologia. Assim, incluí essa opção ao buscar apoio financeiro para arcar com o curso superior. E consegui! Por isso digo que escolhi a psicologia e ela me escolheu”, afirma.

No Magistério, Grazielly aprendeu noções de psicologia e se encantou. Já a escolha da área clínica foi se desenhando na faculdade, que oferecia grande variedade de estágios para estimular o conhecimento na prática. “Atuei na triagem da área clínica a partir do terceiro ano, e aprendi muita coisa. Quando me formei, uma professora estava abrindo uma clínica de psicologia no Tatuapé, em São Paulo, e me convidou para trabalhar. Topei na hora”, relembra. A docente era supervisora de Grazielly nos atendimentos

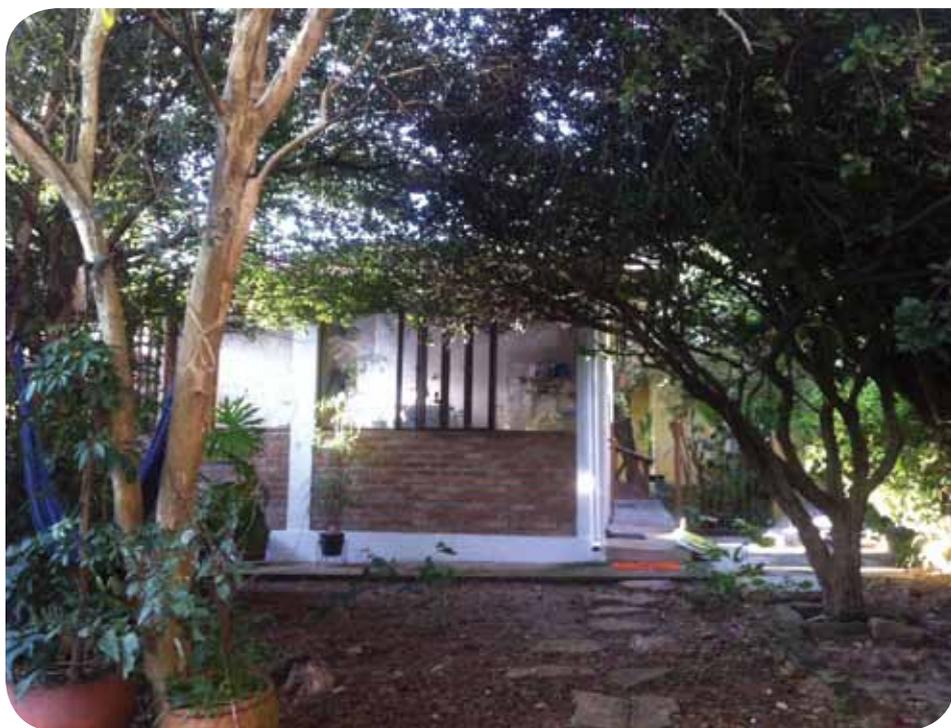


“...POR ISSO DIGO QUE
ESCOLHI A PSICOLOGIA
E ELA ME ESCOLHEU”

Grazielly Bertolli

clínicos da faculdade e conhecia sua disposição. “Sempre que surgia um paciente novo eu me disponibilizava, e acabei fazendo até horas excedentes. Desde então, não parei mais. Essa professora me abraçou”, agradece a psicóloga, que atua até hoje no mesmo espaço.

O apoio no início de carreira foi fundamental para Grazielly, já que essa fase é um dos maiores desafios da área clínica (*saiba mais no boxe da página 6*). Atualmente, ela atua em mais de um emprego. É professora concursada da Prefeitura de São Paulo e dá aulas de segunda a sexta, de manhã e à tarde, para turmas de Educação Infantil e Fundamental I. Terças à noite e nas manhãs e tardes de sábados, atua na clínica, onde os atendidos são, na maioria, crianças. “Por conta da minha relação com a educação, recebo muitas indicações de atendimentos do público infantil. Acredito possuir *feeling* mais apurado com crianças e orientação de pais; tenho uma identificação maior



Espaços da clínica, cheios de verde, refletem o perfil de Kátia Frediani

2009

CERCA

de 80% dos(as)
profissionais trabalhavam
na área clínica

nesse sentido”, diz.

Pela estabilidade assegurada como concursada e por questões financeiras, a dedicação exclusiva à psicologia ainda não é possível para Grazielly, assim como para a maior parte dos(as) que com ela se formaram. Mas ela crê na aprovação de políticas públicas que garantirão a inserção de psicólogos(as) e assistentes sociais em escolas, ou seja, em um campo formal de trabalho com crianças, pais e professores(as) no ambiente escolar. “Nossa educação precisa de um olhar mais humano” diz.

Reconhecimento

Com muitos anos de carreira, Kátia Frediani conquistou seu espaço profissional. A psicóloga clínica e facilitadora de economia solidária do grupo Gerando Ideias do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD) de Embu das Artes (SP), mora em uma chácara em Caieiras, mesmo município paulista onde mantém, desde 1983, sua clínica. Da residência, colhe as frutas que compartilha com os demais profissionais que trabalham com ela: três psicólogas, uma psiquiatra, uma psicopedagoga, uma fonoaudióloga e uma fisioterapeuta.

O orgulho com que Kátia fala de sua atuação reflete os passos, longos, de sua trajetória. Assim como Grazielly, ela diz que a psicologia a escolheu e, se pudesse voltar no tempo, esse seria novamente o caminho a percorrer. Isso porque a facilidade para ouvir e compreender é algo que a acompanha des-

Perfil



Grazielly Bertoli formou-se em Psicologia há quatro anos e hoje atua na área clínica, além de ser professora.



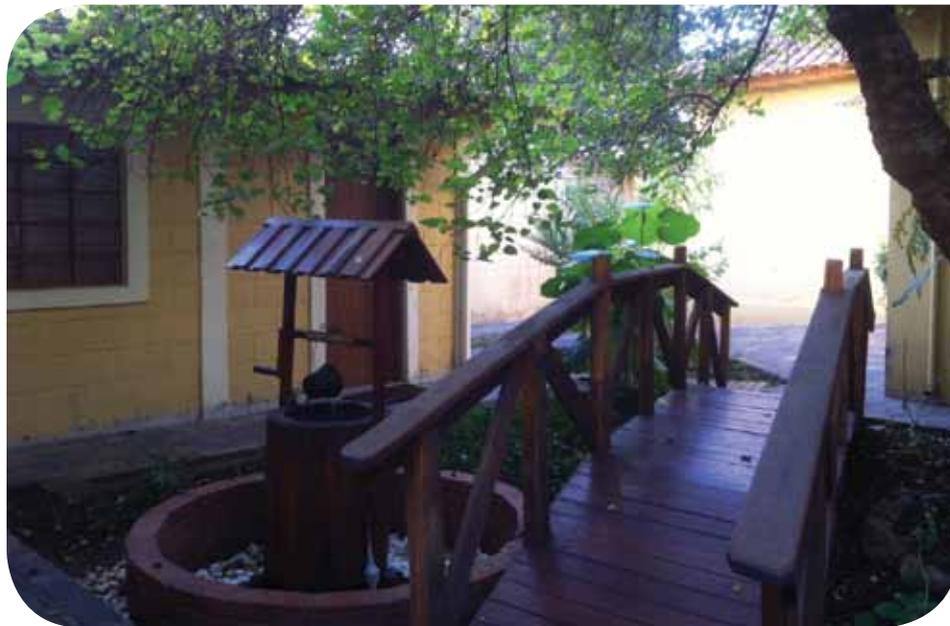
Kátia Frediani é formada desde 1980 e atende em sua própria clínica, onde atuam outros sete profissionais.

de os avôs, maternos e paternos, que eram excelentes mecânicos, como ela conta, em tom de brincadeira. “Sou do tempo em que se consertavam carros pelo ouvido. Meus avôs falavam que tinha de ter bom ouvido para identificar os problemas dos veículos, e eu convivi muito com eles na oficina. E isso é um pouco do que eu faço. Eu tenho um bom ouvido!”, ri. É com essa apti-

dão que a psicóloga atende entre cinco e seis pessoas por dia, em sessões que duram cerca de 50 minutos. A especialidade dela é saúde mental, mas hoje acompanha adultos e adolescentes, com particularidades variadas.

No início da carreira, a opção foi por psicologia infantil. Entre 1980, ano em que se formou, e 1986, a atuação foi com crianças – escolha que a levou, um ano mais tarde, a conhecer o Centro de Convivência Infantil do Hospital Psiquiátrico do Juqueri, em Franco da Rocha (SP). “Soube que era enorme, atendia cerca de 500 crianças. Comecei a fazer trabalho voluntário e percebi que tinha mesmo de falar com as famílias, com os pais. Aí fui para saúde mental, prestei concurso pro Juqueri e fiquei lá de 1987 a 1992. Fui formada na rede, em uma época em que havia muito investimento nos profissionais. Foi quando também conheci a terapia ocupacional e participei da criação da associação Loucos pela Vida, cuja proposta era a ressocialização e recuperação pela arte. Participamos, por exemplo, da primeira feirinha da Pompeia, bairro da cidade de São Paulo”, lembra.

Anos mais tarde, insatisfeita com os rumos tomados pela direção no Juque-



ri, Kátia frequentou, no Rio de Janeiro, o grupo de Nise da Silveira, com quem aprendeu muito. Atuou ainda no Ambulatório de Saúde mental do Caps Itapeva, em São Paulo, em um programa de acompanhamento de pessoas com psicose. “Na época já questionávamos a questão dos ambulatórios, da internação. E, hoje, estamos vendo a volta disso”, lamenta. A opção, então, foi por sair do ambulatório.

Hoje, Kátia pode se dedicar com afinco a sua clínica, instalada em uma casa construída em 1958 e com ambiente diferenciado. Dão charme a ele uma amoreira, uma rede de descanso, bastante área verde, uma ponte de madeira e a réplica de um poço, instalada sobre um de verdade, descoberto em uma das reformas. O local precisa mesmo ser agradável, já que Kátia dificilmente sai de lá antes das 21h.

Principais desafios da área

Para a psicóloga Grazielly Bertolli, as maiores dificuldades da área clínica são a demanda e a instabilidade dos atendimentos, que esbarram em questões financeiras. “Isso além de aspectos do próprio paciente, muitos dos quais têm dificuldade de estar ali. Precisamos trabalhar essa contratransferência, mas esse é um perfil da nossa atividade”, diz. Ela relaciona ainda as barreiras para o alcance de um espaço reconhecido de atuação: “No começo, precisamos de acolhimento; é difícil pegar o diploma e sair procurando trabalho, já que ninguém te conhece.

As primeiras portas são muito difíceis de serem abertas”.

Já para Kátia Frediani, além do fator ideológico, essencial para ela na área clínica, o financeiro também é um dos desafios – pela necessidade do acompanhamento de um terapeuta e de um supervisor, principalmente nos primeiros anos da profissão. “Vejo isso como uma condição para quem atua na área clínica. Não tem como tratar de alguém se você não se trata. Acredito que, principalmente no início da carreira, supervisão também é importantíssimo. Daí o maior desafio é o financeiro”, diz. Grazielly concorda. “Faço supervisão para

cuidar dos meus pacientes e terapia para cuidar de mim. Preciso cuidar de mim para cuidar do outro”, garante.

Kátia lembra ainda do expressivo investimento inicial necessário para montar um consultório em um lugar adequado. “Sei que cheguei até aqui também porque minha família sempre me apoiou. Anos depois de formada, meus pais ainda me ajudavam com minha supervisão e análise. Mas eu provo que é um bom caminho, que é possível. Sou realizada e financeiramente independente. E meus pais são vivos, conseguiram ver isso!”, diz entusiasmada.

Direito à memória e à verdade

INICIATIVA do Ministério da Justiça contribui para o resgate da história e a democratização das instituições



Programa da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, alinhado à política do Estado de reconhecimento da responsabilidade pelos danos causados aos que lutaram contra a ditadura entre 1946 e 1988, a Clínica do Testemunho é um instrumento de garantia do direito à memória, à verdade e à reparação psicológica. Ela se dispõe a produzir insumos para a elaboração de políticas públicas, e parte do pressuposto de que os depoimentos são uma maneira de elaborar as situações traumáticas e recuperar e recontar partes da história.

“CONSTATAMOS O DESEJO DE FALAR, DE DEIXAR UM LEGADO PARA OS FILHOS, NETOS E GERAÇÕES FUTURAS”

Maria Cristina Ocariz

“Assim, há a possibilidade terapêutica de construir uma nova vida e deixar para as gerações futuras uma herança sem tantos ‘não ditos’ que, se não se transformam em palavras, podem irromper catas-

troficamente”, justifica a professora, psicóloga e psicanalista Maria Cristina Ocariz, coordenadora da Clínica do Testemunho do Sedes Sapientiae. O Instituto é uma das duas organizações credenciadas pelo Ministério da Justiça no Estado de São Paulo para oferecer suporte psicológico gratuito às vítimas e aos familiares de perseguição, tortura, desaparecimentos e assassinatos durante a ditadura. A outra é o Instituto Projetos Terapêuticos, cuja Clínica do Testemunho é coordenada pelo médico e psicanalista Moisés Rodrigues da Silva Júnior.

“OS TRAUMAS TÊM SUA ESPECIFICIDADE, MAIS AINDA NOS CASOS EM QUE O ESTADO VIOLA O PACTO SOCIAL E PROMOVE A DESUMANIZAÇÃO E O EXTERMÍNIO”

Maria Beatriz Vannuchi

No Sedes Sapientiae, o projeto é desenvolvido por sete terapeutas pesquisadores(as), com formação psicanalítica, experiência clínica, afinidade ideológica e interesse na temática da violação dos direitos humanos. Assim como no Instituto Projetos Terapêuticos, que também mantém sete profissionais na equipe – dois/duas deles(as) psiquiatras e psicanalistas e os(as) demais psicólogos(as)

e psicanalistas, todos com ampla experiência em situações de intenso sofrimento psíquico –, a atuação se dá em três eixos: Atendimento clínico, o que inclui Conversas Públicas; Capacitação e formação de agentes multiplicadores na área da saúde mental e de profissionais da área da justiça para atendimento clínico e escuta diferenciada dos(as) afetados(as) pela violência de Estado; e Pesquisa, ou seja, produção de conhecimento a partir do atendimento à população específica, com registro do material clínico para a elaboração de hipóteses clínicas e de insumos para políticas públicas, publicação de livro e produção de videodocumentário.

O atendimento clínico no Instituto Projetos Terapêuticos é subdividido ainda em três modalidades: Grupos, integrados por afetados(as) diretamente e por filhos(as), não necessariamente de uma mesma família, o que possibilita um diálogo intergeracional sobre a experiência vivida, superando o silêncio que costuma prevalecer; Famílias, em que até três gerações são atendidas, com foco nos traumas transmitidos por gerações em razão do

e da dor; e Individual, quando necessário. A psicóloga e psicanalista Maria Beatriz Vannuchi, que integra a equipe clínica, diz que a metodologia toma o testemunho como instrumento terapêutico. “Os traumas provocados por grande catástrofes históricas têm sua especificidade. E mais ainda nos casos em que o Estado viola o pacto social e, em vez de sustentar a lei que protege a vida, promove a desumanização e o extermínio”, explica.

Lembranças

A intenção das Conversas Públicas é convocar as pessoas a compartilhar as lembranças para que ganhem dimensão de nomeação legítima de suas histórias, transformando a palavra íntima em pública. Segundo Maria Cristina, o resultado da prática tem sido muito positivo. “As pessoas se sensibilizam, se envolvem e se encorajam a falar, pesquisar, estudar essa temática tão atual, até pouco tempo sem espaço no corpo social”, afirma. E acrescenta que a iniciativa tem sido muito bem aproveitada tanto pelos(as) participantes como pelos(as) organizadores(as) – além dos(as) terapeutas, também parceiros como o Núcleo de Preservação da Memória Política e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, além de cineastas, pesquisadores(as) e estudantes. Já Maria Beatriz conta que as conversas públicas foram pensadas, em um primeiro momento, como mecanismo de divulgar o serviço. No entanto, funcionam mais como um dispositivo clínico para trabalhar com a censura na dimensão social. “Temos que tornar públicas as narrativas sobre o terrorismo de Estado, pois ainda há muita censura. Várias pessoas ainda sentem muito medo de falar”, defende.

O atendimento clínico no Sedes Sapientiae é prestado atualmente a 15 pessoas, que retratam alívio ao narrar sua versão da história e perceber que há espaço de legitimação dos senti-



mentos e fatos antes calados violentamente. “Constatamos o desejo de falar, de deixar um legado para os filhos, netos e gerações futuras”, reforça Maria Cristina. Ela explica que o sigilo dos atendimentos é respeitado, porém, caso a pessoa atendida queira fazer um depoimento aberto, isso é possível, pois os(as) participantes sugerem e podem propor diferentes formas de atendimento. Maria Beatriz faz outra observação a respeito do sigilo, também garantido no Projetos Terapêuticos, que atende atualmente 25 pessoas em sua Clínica do Testemunho: “Temos de tomar cuidado para não confundi-lo com o silenciamento, que serve de desmentido no discurso social. Ou seja, sobre o que diz cada um nos grupos e nas sessões individuais ou familiares é resguardado o sigilo, mas sobre a violência de Estado e seus efeitos subjetivos, a Clínica do Testemunho tem o que dizer.”

Os(as) interessados em participar dos projetos – afetados(as) diretamente e seus(uas) familiares – podem procurar o Sedes Sapientiae ou o Projetos Terapêuticos por meio dos contatos abaixo. Em ambos o atendimento é gratuito e há vagas.

Sedes Sapientiae

Telefones: (11) 3866-2735
e (11) 3866-2736

E-mail: clinicadotestemunhosedes@sedes.org.br

Site: www.sedes.org.br

Projetos Terapêuticos

Telefone: (11) 3875-0797

E-mail: clinicadotestemunho@projetosterapeuticos.com.br

Página no Facebook: Clínicas do Testemunho – Projetos Terapêuticos SP



Contribuição dos(as) psicólogos(as)

Também com a intenção de trazer à tona a real história, o CRP SP buscou contribuir com os trabalhos da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva ao entregar a seus(uas) representantes um dossiê com os relatos de psicólogos(as) que tiveram seus direitos violados durante a ditadura. A ação ocorreu no âmbito do projeto Psicologia e Direito à Memória e à Verdade, conduzido desde

setembro do ano passado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Assim, o CRP SP auxilia no registro da memória e na produção social da verdade sobre a história do Brasil e contribui com as ações de reparação de tantos(as) brasileiros(as) que tiveram suas vidas afetadas de maneira dramática e violenta pela ditadura civil-militar.

Conselho mais próximo da categoria

INVESTIMENTOS na regionalização e no aperfeiçoamento de processos são marcas do último triênio



Reuniões de planejamento permitiram alcançar os objetivos estratégicos esperados

A gestão do CRP SP 2010/2013 foi marcada por aprimoramentos em sistemas e procedimentos que possibilitaram maior aproximação com a categoria. Isso foi possível graças a cuidadosos planejamentos estratégicos, realizados e revisados anualmente para orientar as ações nos âmbitos estadual e regional. O planejamento foi pactuado por todo o Plenário, favorecendo sinergia nas ações e na elaboração das diretrizes, o que permitiu alcançar os resultados

estratégicos esperados. Paralelamente, foi reforçada a autonomia de cada uma das nove subsedes, que trataram das demandas específicas de suas regiões tomando como base as diretrizes gerais.

Os investimentos para uma organização mais democrática do Sistema Conselhos de Psicologia também visou contemplar os interesses principais da categoria. Exemplo foi o Projeto Integrador Democratização e Participação, no âmbito do qual os(as)

psicólogos(as) puderam participar mais ativamente da construção de posicionamentos. Para isso, foi ampliado o processo de regionalização por meio da intensificação das atividades nas subsedes e regiões.

Foram promovidas ainda ações para a descentralização de serviços oferecidos à categoria, como a entrega de Carteira de Identidade Profissional (CIP), que, além de na sede e nas nove subsedes, hoje ocorre em cidades vizinhas: Presidente Prudente,

Botucatu, Araçatuba e Piracicaba. Da mesma forma, funcionários(as) das subsedes Bauru e Campinas atendem mensalmente nas cidades de Botucatu, Araçatuba e Piracicaba.

Os diálogos também foram aperfeiçoados, e o Grupo de Trabalho de Comunicação passou a integrar representantes das subsedes para a padronização das informações divulgadas. Assim, boletins informativos bimensais passaram a ser divulgados em cada região, com notícias locais e estaduais, o que possibilitou maior visibilidade e acesso a assuntos e atividades de interesse da categoria. Outra novidade é a seção “Fale Conosco”, do site do CRP SP, que foi reformulada. Agora, as orientações profissionais são distribuídas para cada região do Estado onde o Conselho possui subsele, promovendo um contato com a categoria mais ágil e próximo de cada realidade, já que quem responde as questões conhece as particularidades regionais.

As informações sobre eventos em cada uma das nove subsedes ganharam espaços específicos no site do CRP SP, na seção “Agende-se”. Dessa forma, psicólogos(as) de todo o Estado puderam participar ativamente de discussões e da formulação de conhecimentos de relevância para a profissão.

A realização sistemática do Fórum de Gestores(as), trimestral, foi outro destaque por constituir espaço de alinhamento técnico, político e de inserção da psicologia, favorecendo a elaboração de indicadores e a articulação entre os Projetos Integradores.

Já os Anos Temáticos, propostos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), foram momentos centrais para a discussão de temas de importância para a profissão. Na última gestão, foi promovido o Ano Temático da Avaliação Psicológica. O objetivo foi envolver a categoria em uma reflexão sobre a avaliação psicológica como um pro-

cesso complexo, no qual os direitos humanos e os princípios éticos e técnicos da profissão devem ser promovidos.

Orientação

A aproximação do CRP SP do dia a dia dos(as) 78 mil psicólogos(as) do Estado de São Paulo também se deu por meio da regionalização de ações de orientação e fiscalização que, atendendo às especificidades regionais, pôde cumprir com mais eficiência os objetivos de orientar, regulamentar e fiscalizar o exercício da profissão. Para isso, foram contratados(as), por meio de concurso, psicólogos(as) assistentes técnicos(as) em todas as subsedes.

Seis das nove subsedes também iniciaram oitivas referentes a processos éticos em andamento em suas regiões: Assis, Bauru, Campinas, Grande ABC, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. O trabalho da regionalização das oiti-



Vetor: freevector.net

vas envolveu gestores(as), assistentes administrativos(as) e colaboradores(as) e visou contribuir para a ampla defesa do(a) profissional ao facilitar que psicólogos(as) e suas testemunhas fossem ouvidos(as).

Houve ainda avanços na adoção dos procedimentos entre o Setor de Orientação e Fiscalização (avaliação técnica) e o Setor de Atendimento em várias demandas, prioritariamente em relação à análise de inscrições de Pessoas Jurídicas (PJ) no CRP SP. Foram criadas estratégias de divulgação das documentações legais dos Conselhos Federal e Regionais com o envio de publicações com as resoluções para toda a categoria.

Com a integração dos setores, a orientação ficou mais consistente e os canais de comunicação fortalecidos, o que permitiu que os(as) psicólogos(as) passassem a receber informações mais confiáveis e de forma mais ágil. E profissionais mais bem orientados(as) têm mais subsídios para prestar atendimento de qualidade à população.

No triênio, os esforços foram também direcionados a reforçar a posição

da Comissão de Ética do CRP SP como fonte de educação e prevenção. Para isso, buscou-se apontar os principais desafios para o aprimoramento do exercício profissional da psicologia a partir da análise qualitativa dos procedimentos disciplinares éticos e de processos éticos recebidos e analisados. Assim, o CRP SP está cada vez mais garantindo os direitos das pessoas que denunciam e dos(as) psicólogos(as), já que os investimentos visam possibilitar que todos(as) sejam escutados(as), que os fatos possam ser apurados com mais agilidade e mais próximos à região de origem, diminuindo os tempos processuais, garantindo a lisura, a ampla defesa, o direito ao contraditório e, assim, valorizando ainda mais a dimensão ética da categoria.

Transparência

Para a prestação transparente de contas e o aprimoramento da gestão financeira, o CRP SP publicou ao longo da última gestão gastos, contratações e licitações. As Assembleias Orçamentárias, transmitidas via *web*, aconteceram semestralmente para a prestação de contas e ampla discussão dos valores de anuidades e taxas, além da avaliação das propostas de aquisição, reforma e adequação de imóveis.

Também foi aperfeiçoada a regulamentação dos apoios e ampliadas as atribuições da Comissão de Auditoria e Controle Interno. Todos os apoios firmados pelo CRP SP são apresentados e aprovados em plenária e, posteriormente, colocados para consulta no Portal da Transparência, disponível no site do Conselho. Lançado na última gestão, o sistema possibilita

The screenshot shows the website of the Conselho Regional de Psicologia SP. At the top, there is a logo and a colorful illustration of children's faces. Below the logo, the text reads 'Conselho Regional de Psicologia SP'. A search bar is visible with the word 'BUSCA' and a magnifying glass icon. The main navigation menu includes 'O Conselho', 'Psicólogo', and 'Orientação'. The 'Portal da transparência' section is highlighted, featuring a sub-section 'Transparência' with a detailed description: 'Atendendo a Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 7724/2012, o Conselho Regional de Psicologia 6ª Região - São Paulo, criou a área 'Transparência' para aprimorar e ampliar o acesso de psicólogos(os) e de todos(as) cidadãos(ãs) a informações sobre o funcionamento da gestão e da administração da instituição.' Below this, there are three columns of links: 'Gestão Administrativa/Financeira' (including Planejamento Estratégico, Licitações, Atas, etc.), 'Gestão de Trabalho' (including Acordo Coletivo de Trabalho, Concursos Públicos, etc.), and 'Estatísticas' (including Profissionais, Fiscalizações, etc.). A footer note states: 'Outros materiais não disponíveis nesta área, podem ser consultados diretamente na Sede do CRP SP. Rua Arruda Alvim, 89 - Jd. América - São Paulo/SP.'

Transparência é o principal atributo da ferramenta lançada no último triênio

ta que qualquer pessoa tenha acesso às informações do Conselho, conforme Lei de Acesso à Informação.

Comunicação

Para garantir uma comunicação mais fluida e eficaz, entre 2010 e 2013 foram priorizadas estratégias que possibilitam a interatividade. Assim, o CRP SP pode conhecer e medir o impacto de suas ações com os(as) psicólogos(as) e a sociedade em geral. Está em fase experimental uma nova metodologia de avaliação dos eventos realizados e, por meio de articu-

lação com o CFP, está em discussão a criação de uma ouvidoria própria do Conselho Regional.

O triênio também foi marcado por apoio irrestrito às campanhas federais, a exemplo do Sistema de Cadastro Nacional de Psicólogos(as), serviço virtual que tem como objetivo unificar os dados dos(as) profissionais inscritos(as) em todos os Conselhos Regionais. O cadastro nacional também fornecerá um maior conhecimento do perfil da categoria, ampliando as possibilidades de comunicação a partir de áreas de interesse.

Reformas e adequações

Marca da última gestão, as melhorias físicas trouxeram ganhos no atendimento aos(as) psicólogos(as). Também entrou em funcionamento um espaço na região metropolitana de São Paulo, destinado a atividades internas do CRP SP, que abriga o Cedoc – espaço de atendimento à população e à categoria para pesquisa da história e valorização da memó-

ria da psicologia em São Paulo.

Algumas subsedes foram reformadas e/ou adequadas, como as de Bauru e São José do Rio Preto, com inauguração do auditório, e Ribeirão Preto, em fase de acabamento. Com isso, os(as) profissionais ganham novos espaços para debates e encontros, há melhoria na comunicação a distância, e o atendimento se torna mais rápido

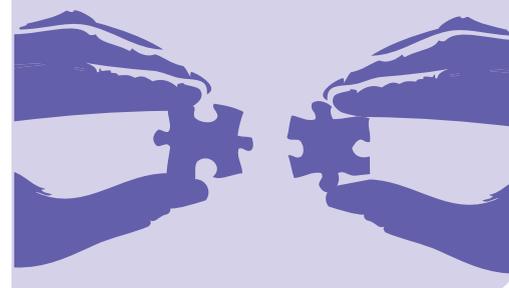
Gestão do trabalho

A última gestão do CRP SP aperfeiçoou processos internos para a melhoria do clima organizacional. Planejamentos estratégicos administrativos foram elaborados em 2010 e 2012 e, a partir das diretrizes indicadas pela gestão, foi desencadeado um processo de planejamento que contou com a colaboração de todos os(as) funcionários(as), o que resultou em novo modo de relação das equipes com o trabalho.

No triênio, o quadro de trabalhadores(as) foi ampliado com a contratação, por meio de concurso público, de supervisores(as) e coordenadores(as), que passaram ainda por curso de liderança e *coaching* individual e em grupo, o que permitiu um melhor desempenho das atividades, sempre buscando formas de avançar na prestação de serviços ao(a) psicólogo(a) e à população.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) começou a ser revisado e os cargos e o processo de avaliação de desempenho foram reorganizados para avançar nas condições e relações de trabalho.

Outro destaque foi a criação de agenda compartilhada de compromissos e eventos, com importantes ganhos na organização interna do trabalho e a consequente integração entre os departamentos do Conselho, resolutividade e aprimoramento dos serviços prestados.



CEDOC

Centro de Documentação

Conselho Regional
de Psicologia SP

www.crpssp.org.br

Atuação clara e qualificada

INICIATIVAS e posicionamentos públicos garantiram compromisso com a prática profissional



Atividades de combate ao PL do ato médico contaram com a participação e o incentivo do CRP SP

As posições claras do CRP SP, assim como suas ações desenvolvidas e apoiadas, contribuíram para a valorização da psicologia e a qualificação da atuação profissional. Os projetos de lei pertinentes à categoria foram acompanhados ao longo do último triênio, e os posicionamentos, amplamente divulgados. Até agosto de 2013, o Conselho havia conferido o andamento de 350 projetos de lei, sendo 176 no âmbito federal, 136 no estadual e 38 no municipal, com destaque para: **PL 30 horas:** Há cinco anos tramitando no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.338/2008 regulamenta em 30 horas semanais a jornada de trabalho de psicólogos(as) em todo o território nacional, sem a redução de salários.



A carga horária específica para os(as) profissionais de saúde é relevante por possibilitar o aprimoramento, tão necessário ao exercício profissional. O PL segue para apreciação conclusiva da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ) do Senado e posteriormente para a sanção presidencial. **PL ato médico:** Nos últimos 11 anos, o Sistema Conselhos de Psicologia – que

congrega 235 mil psicólogos(as) – esteve unido aos trabalhadores de outras 13 profissões ligadas à saúde para combater a aprovação do Projeto de Lei do Ato Médico (PL nº 268/2002, transformado na Lei nº 12.482/2013), que interferia em suas atividades. A série de manifestações, campanhas, abaixo-assinados, mobilizações nas redes sociais e outros tipos de diálogos com a sociedade resultaram em vetos da presidenta Dilma Rousseff, confirmados em seguida pelo Congresso Nacional, a dez artigos do dispositivo legal. Com eles, ficou provada a possibilidade de a atividade dos(as) médicos(as) ser regulamentada, sem que isso interfira de forma perniciosa na atuação de outros(as) profissionais que se orgu-

lham de participar da construção diária de uma saúde multiprofissional.

PL psicólogos(as) nas escolas: Uma das bandeiras da última gestão foi a defesa da adoção dos serviços social e psicológico nas escolas da rede estadual de ensino. O Conselho se posicionou contra o veto do então prefeito Gilberto Kassab ao PL 280/09, referente ao tema, e defendeu a sanção ao PL estadual 442/07, que autoriza o Poder Executivo a adotar nas instituições públicas de ensino de educação infantil, fundamental e médio, os cargos de psicólogo(a), psicopedagogo(a) e assistente social. O projeto estadual foi aprovado na Assembleia Legislativa, mas vetado pelo governador Geraldo Alckmin. Questionando a maneira pela qual o governo do Estado vem priorizando a educação, o CRP SP, após o veto, participou de audiência pública na Assembleia Legislativa, na qual se decidiu pela elaboração de um projeto construído coletivamente pela categoria.

Nacionalmente, o CRP SP acompanha o PL 3.688/00, que também prevê a inserção de profissionais da psicologia e do serviço social na rede pública de educação básica. Ele foi aprovado por unanimidade na Comissão de Educação (CE) da Câmara dos Deputados e segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa.

Campo de trabalho

Para garantir a inserção ética e com qualidade técnica de profissionais da psicologia em diferentes espaços de trabalho, o CRP SP contribui com a adequação de editais de concursos de interesse da categoria. De 2010 a 2013, foram analisados 501 editais, que somaram 1.502 vagas, além de cadastro-reserva. Entre as retificações solicitadas pelo Conselho destacaram-se pedido de adequação da norma de avaliação psicológica em concurso das prefeituras de Artur Nogueira, Barueri, Guarulhos, Itatiba, Indaiatuba, Juquiá,

Nova Campina, Orindiúva e Santa Gertrudes; inclusão da possibilidade de o(a) psicólogo(a) concorrer à vaga de psicopedagogo(a) nas prefeituras de Hortolândia, Itu, Iperó e Santa Cruz da Conceição; e possibilidade de inclusão de profissionais da categoria na candidatura ao cargo de analista de recursos humanos em concurso promovido na prefeitura de Itapevi. No site do CRP SP são divulgados os principais editais de concurso aos(as) psicólogos(as).

Investigação e discussão

A gestão do triênio 2010/2013 também buscou consolidar as atividades do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop SP), que investiga a atuação de psicólogos(as) em diversos campos. Os(as) profissionais foram convidado(as) a contribuir com a discussão e o aprofundamento dos temas abordados por meio de pesquisa e atividades promovidas nas dez regiões

do Estado. Ao final da gestão, o Crepop SP não só havia cumprido todas as atividades indicadas em âmbito nacional, mas contribuído efetivamente para o fortalecimento do caráter participativo da construção das referências de atuação profissional dos(as) psicólogos(as).

Fique Legal

A última gestão apoiou ainda o programa Fique Legal com a Profissão, que incentivou a regularização no CRP SP, com a dispensa de pagamento de multas ou juros, dos(as) inscritos(as) com anuidades de 2011 e 2012 em atraso. Também iniciou ação na Justiça Federal para que psicólogos(as) de São Paulo em execução fiscal obtivessem negociação favorável para a quitação de seus débitos. A iniciativa teve como base as diretrizes da Lei nº 12.514/11, que indica a autonomia administrativa dos conselhos de profissão.

Preservação e reconhecimento

Diversas iniciativas da última gestão visaram à comemoração de datas importantes para a categoria como forma de reconhecimento da psicologia e para preservar sua história. Em 2012, por exemplo, no dia 27 de agosto, em celebração aos 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil, foram homenageados(as) em todo o Estado os(as) primeiros(as) profissionais registrados no Conselho. O CRP SP apresentou ainda à categoria registros do processo his-

tórico da psicologia para ampliação do campo de reflexão sobre a função social do(a) psicólogo(a) e para possibilitar maior aprofundamento quanto às práticas profissionais.

O Centro de Documentação do CRP SP (Cedoc), inaugurado em setembro de 2010, também ganhou expressão nos últimos três anos ao obter registro no Conselho Regional de Biblioteconomia (8ª região). Hoje, apresenta acervo mais organizado, o que permite ampla difusão de informações.



Em Santos, subsede realizou evento em comemoração ao Dia do(a) Psicólogo(a)

Psicologia na mídia

Sob a última gestão, o CRP SP consolidou-se como referência também nos meios de comunicação, que demandaram mais intensamente as posições dos(as) conselheiros(as) e gestores(as), não apenas em temas que envolvem a psicologia, mas relevantes para toda a sociedade. Seja em menção, seja por meio de entrevistas e coberturas de eventos, o Conselho trouxe à tona debates sobre a chamada “cura gay” nos programas de TV *CQC* (Bandeirantes), *Entre Aspas* (Globonews), *Jornal da Record News* (Record News), *Jornal da Gazeta* e *Revista da Cidade* (ambos na Gazeta), além de atrações na TV Brasil e Rádio Uol, e matéria no jornal *Folha de S. Paulo*. Na mesma linha, ao abordar a diversidade sexual, foi consultado em programa do canal Globo News. Já a

saúde mental com ênfase na luta antimanicomial foi tratada, com a participação do CRP SP, nas revistas *Saúde*, da Federação dos Trabalhadores da Saúde, e *Caros Amigos*, assim como no jornal *Diário do Grande ABC*, na rede SBT, na Agência de Notícias do Planalto e no site Adital.

Além disso, em janeiro de 2012, uma ação do governo do Estado de São Paulo na região central da capital paulista, que resultou na internação involuntária de usuários(as) de crack, foi duramente criticada pelo CRP SP, que desenvolveu diversas ações e conquistou espaço em órgãos como a All TV (*Juízes pela Democracia*) e *Folha de S. Paulo*.

Confira outros temas abordados pela mídia em que o Conselho foi chamado a se posicionar:

Ato médico: Rádio Aparecida, Globo News (*Jornal da Globo News*) e Rede Globo (*SPTV*).

Internação compulsória: Revista *Mente e Cérebro*, Rede TV (*Tema Quente*), *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Trem* e TV Brasil (*Jornal Repórter Brasil*).

“Bolsa crack”: Rede Brasil Atual.

Sistema prisional: TV Brasil (*Papo de Mãe*) e *Folha de S. Paulo*.

Psicologia Online: R7 (*CanalTec*), SBT (*SBT Brasil*), UOL, Agência de Notícias *Jornal Floripa* e TVT (*Clique Ligue*).

Medicalização: Globo News (*Jornal das Dez*), Rede Globo (*Jornal Hoje*), revista *IstoÉ*, Rádio Aparecida e *Folha de S. Paulo*.

Emergências e desastres: Rede Vida e Portal Agência AIDS.

Psicólogos(as) nas escolas: Rede Brasil Atual e revista *Educação*.

Reinserção de moradores(as) de rua na sociedade: Portal IG.

A Psicologia como trabalho: Portal Pró Trabalhador e UOL (*Profissão Saúde*).

Acupuntura: Rádios CBN e Bandeirantes.

Violência Doméstica: Rede TV (*Tema Quente*) e revista *Nova*.

22 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Rede TV (*Tema Quente*).

Dia do Psicólogo(a): RDTV, de Santo André (SP).

Medidas socioeducativas/SINA-SE: Rede Globo (*Jornal Nacional*).

Unidades Experimentais de Saúde: *Folha de S. Paulo* e revistas *IstoÉ*, *Piauí* e *Mente e Cérebro*.

Exploração sexual de crianças e adolescentes: Revista *RTM*.

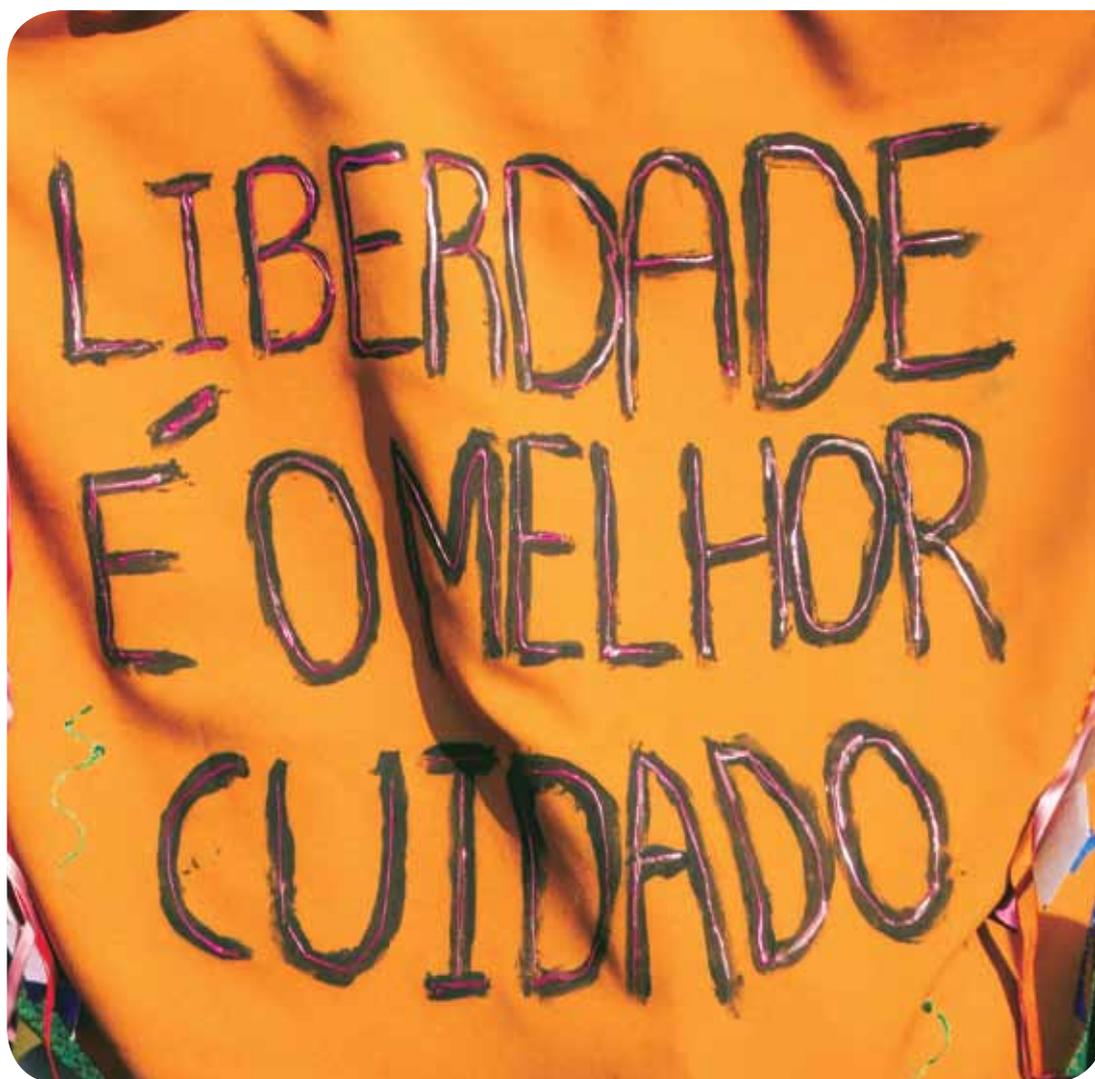
À frente de justas bandeiras

ÚLTIMA gestão posicionou o CRP SP frente a causas sociais de interesse da categoria e população

Não por acaso o CRP SP obteve expressiva visibilidade nos meios de comunicação durante a gestão do último triênio. Isso por ter se posicionado publicamente em relação a vários temas polêmicos ligados aos direitos humanos e orientado sobre os serviços psicológicos em suas diferentes modalidades. Seja por meio de atividades próprias e promovidas em parceria com outras organizações, seja pelo apoio e suporte a causas levantadas pela sociedade, as mobilizações trouxeram à tona temas como a defesa e a promoção de direitos de populações específicas, a diversidade de abordagens psicológicas, a qualidade da atenção em saúde, o trabalho do(a) psicólogo(a) na assistência social, as interfaces da psicologia com os campos da justiça, da educação e da religião, além das práticas inovadoras e dos campos emergentes. Os destaques foram:

Luta antimanicomial/Lei antidrogas

Além de ter sido um dos protagonistas das atividades promovidas em todo o Estado de São Paulo, em maio último, no âmbito da semana da luta antimanicomial, o Conselho se manifestou ampla e politicamente contra a internação compulsória. Participou de audiência pública, convocada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), que culminou com a entrega ao Ministério Público de relatório sobre a atuação das comunidades terapêuticas brasileiras. O documento – com o qual o CRP SP contribuiu por meio de inspeções nas comunidades terapêuticas paulistas – atesta violação aos direitos humanos e ausência



de projetos terapêuticos adequados ao tratamento dos(as) usuários(as) de drogas. Outro fruto da audiência pública foi o compromisso, firmado pelo Ministério Público, de analisar proposta para deixar de financiar as comunidades terapêuticas ou, se o fizer, submetê-las a controles externos, com a participação, entre outros, de Conselhos de Psicologia.

Em parceria com o CFP e outras entidades, o CRP SP também acompanhou a audiência pública da Comissão de

Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, realizada na Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Lei nº 7.663/10, que pretendia reformar a Lei Antidrogas reafirmando as internações, voluntárias e involuntárias, a eficácia das comunidades terapêuticas e propondo o aumento das penas para usuários(as) e traficantes. Foi entregue aos(as) parlamentares documento sobre os efeitos perversos que a aprovação do dispositivo poderá provocar, aumentando o número de prisões e o tempo de privação da liberdade. Em

abril deste ano, antes da aprovação do PL, o CRP SP acompanhou a visita da comissão de deputados(as) federais ao Centro de Referência de Álcool, Tabaco e outras Drogas (Cratod), tendo sido a única entidade representante dos(as) profissionais da saúde a fazê-lo. Na ocasião, apresentou dados referentes às fiscalizações em comunidades terapêuticas e outros materiais produzidos internamente.

Trabalho decente

Para cerrar fileiras em defesa do trabalho decente no Estado de São Paulo, o CRP SP participou de congressos, deu apoio ao Fórum Regional de Saúde Mental e Trabalho do Grande ABC e se articulou com os Centros de Referência de Saúde do Trabalhador (Cerests) para a formação de um fórum estadual de discussão sobre o PL da terceirização. A partir de 2012, também se aproximou de entidades e movimentos para ampliar e qualificar a presença e participação institucional em espaços marcados pela discussão do trabalho e do emprego decentes. Entre eles destacaram-se a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decentes, em 2012, o Congresso da Associação Brasileira de Medicina do Trabalho, o Congresso Internacional sobre Stress no Trabalho e o Congresso da Associação Latinoamericana de Estudo do Trabalho, em 2013. Integrou ainda o 13º Congresso de Stress da Isma-BR; o 15º Fórum Internacional de Qualidade de Vida no Trabalho; o 5º Encontro Nacional de Qualidade de Vida na Segurança Pública; o 5º Encontro Nacional de Qualidade de Vida no Serviço Público e Encontro Nacional de Responsabilidade Social e Sustentabilidade, V CBPOT; o Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho; e o X Congresso Fenapsi.

O CRP SP também promoveu articulações e se mobilizou para a promoção do trabalho decente dos(as) psicólogos(as) no Estado de São Paulo,



Evento promovido em São Paulo marcou posição do CRP SP na luta antimanicomial

contribuindo assim com a discussão da saúde dos(as) profissionais. Por meio do Projeto Integrador Mundo do Trabalho, a última gestão discutiu as possíveis intervenções para aperfeiçoar as condições e relações de trabalho nos diversos contextos de atuação da psicologia. O CRP SP defende condições profissionais adequadas para toda a população.

Diversidade sexual

Em 2013, na semana do Dia Internacional contra a Homofobia, 17 de maio, o Conselho convocou e participou ativamente de atividades como a Marcha realizada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília (DF), cujo foco foi a ameaça aos direitos humanos personificada pelo Projeto de Decreto Legislativo 234/11, o chamado “projeto da cura gay”, posteriormente retirado de votação. No evento, o CRP SP divulgou sua campanha “Não há cura para quem não está doente”. A autarquia, além disso, foi representada no Congresso Extraordinário da ABGLT, de-

17 MAIO
Dia Internacional
contra a Homofobia

nominado “Estado laico, democracia e políticas públicas”, e no X Seminário LGBT no Congresso Nacional. Acompanhou ainda a discussão em torno do PLC122/06, que torna crime a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional e também a discriminação por gênero, sexo, orientação sexual ou identidade de gênero.

Já em relação ao chamado “processo transexualizador”, uma das ações, realizadas em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP), foi o seminário “Identidades Trans e Políticas Públicas de Saúde: Contribuições da Psicologia”, com o compromisso de fomentar a construção de referências para a prática profissional dos(as)



CRP SP integrou atividades que contestaram o PDL conhecido como “cura gay”

psicólogos(as) nas políticas públicas dirigidas a travestis e transexuais a partir de intenso diálogo com profissionais, usuários(as), movimentos sociais e gestores(as) públicos(as).

Além disso, foi inaugurada, no site do CRP SP, a página temática sobre sexualidade e gênero, que reúne informações e legislação acerca da diversidade sexual e agrega referências sobre a questão de gênero, como a violência contra a mulher e a legalização do aborto.

Estado laico

Para fazer frente aos crescentes retrocessos na área de direitos humanos e da ameaça ao princípio constitucional da laicidade do Estado, o CRP SP participou, com diversas entidades,

do “Lançamento dos 10 anos do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL) – Campanha Direitos Humanos e Estado Laico Já!”. O evento aconteceu em audiência pública sobre efetivação dos direitos humanos no Brasil e os dez anos das Relatorias Nacionais em Direitos Humanos em Brasília.

Maioridade penal

O CRP SP é contrário à redução da maioridade penal, em linha com a deliberação do Congresso Nacional da Psicologia (CNP), sustentada por todo o Sistema Conselhos. Assim, vem apoiando iniciativas nesse sentido, entre elas o movimento “18 Razões para a Não Redução da Maioridade Penal”. Também participou da reunião da Comissão de Constituição, Justiça

23 ANOS

da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil

e Cidadania sobre o PEC nº 33/12, que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos, e da audiência pública sobre o tema, em 2012. Para ampliar o diálogo com a sociedade, integrou ainda o debate público no Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo (FAS). A bandeira da não redução da maioridade penal foi reforçada também em eventos nas subseções que comemora-

ram, este ano, os 23 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil.

Com essas posições, o CRP SP reafirma a importância da promoção de direitos de crianças e adolescentes, e investe na atenção às diversas políticas públicas relacionadas ao tema. Nesse sentido, se envolve nas mais diferentes ações que incentivem o protagonismo de crianças, adolescentes e jovens.

Direito dos(as) encarcerados(as)

O tema da regulamentação da prática de psicólogos(as) no sistema prisional foi amplamente debatido pelo CRP SP em atividades como o IV Encontro Estadual de Psicologia e Sistema Prisional, o seminário “Direito das Pessoas Encarceradas e Políticas Públicas” e o seminário “Mulheres Encarceradas: Desafios em relação às Políticas Públicas de Saúde Mental e Drogas, Criminalização e Maternidade”. Os dois primeiros eventos, realizados em 2011, possibilitaram o debate e a reflexão de profissionais e responsáveis pela gestão em torno da construção de políticas públicas direcionadas ao(a) preso(a), incluindo saúde e educação. A problemática do encarceramento como principal forma de enfrentar a violência e a criminalidade em detrimento das determinações históricas, sociais, econômicas e políticas na constituição de sujeitos e coletivos também foi abordada. Já o seminário “Mulheres Encarceradas”, realizado este ano, abordou a realidade de 7% da população carcerária, a maioria entre 18 e 29 anos, mães e chefes de família presas principalmente por envolvimento com drogas.

Além disso, em 2011, o Conselho fiscalizou a Penitenciária Feminina de Santana e o Hospital de Custódia de Franco da Rocha, de onde a Defensoria Pública do Estado de São Paulo havia recebido denúncias sobre a realização de parto com mulheres algemadas. Para a instrução das medidas judiciais

cabíveis, a Defensoria solicitou ao CRP SP a elaboração de parecer técnico sobre os efeitos psicológicos dessa prática. A partir dessa iniciativa, o Conselho iniciou diálogo com os órgãos de gestão penitenciária.

Enfrentamento do racismo

Entre as atividades que suscitaram e aprofundaram a discussão sobre questões étnico-raciais e enfrentamento do racismo, duas se destacaram. Uma delas foi o seminário “Racismo e Sofrimento Psíquico – Desafios para a Psicologia e para os(as) Psicólogos(as)”, que integrou a programação da Semana da Consciência Negra. No evento foram debatidos o sofrimento psíquico causado pelo preconceito racial, aspectos que envolvem a saúde da população negra e as consequências do racismo em todas as dimensões da vida dessa população. Já para tratar da educação inclusiva na perspectiva da igualdade etnicorracial, em 2011 o Conselho organizou mesa-redonda em parceria com o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert).

Apoiou também a atividade “Comunidades Remanescentes Tradicionais e Saúde Mental”, organizada pelo Instituto Amma Psiquê e Negritude, com o objetivo de refletir sobre os modos de subjetivação observados em um quilombo paulista, a partir de referências da psicanálise em processos grupais.

Crianças vítimas de violência

A convite da Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o CRP SP monitorou a adoção de projeto de Escuta Especial de Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes. Assim, reafirmou o compromisso de enfrentar circuitos de desrespeito e revitimização que envolvem crianças. O método de acompanhamento do projeto contemplou diligências às quatro comarcas que são pilotos do projeto no Estado de São Paulo (Campinas, Atibaia, Guarulhos e São Caetano do Sul) e ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Capital, bem como reuniões trimestrais com os(as) profissionais envolvidos.



Encontro Psicologia e Movimento Negro (Centro Cultural Quilombinho)

Juntos(as) e mais fortes

AÇÕES com órgãos dos três poderes contemplam os interesses da categoria e de toda a sociedade

Não apenas o exercício profissional com qualidade, mas também os direitos humanos ganham reforço graças às parcerias firmadas pelo CRP SP com movimentos sociais, autarquias e entidades governamentais. Privilegiada pela gestão no último triênio, essa estratégia de atuação conjunta envolveu mais intensamente o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) e a Defensoria Pública de São Paulo – parceiros que têm concepções semelhantes às do CRP SP. Tanto que já mantinham representantes na Comissão de Direitos Humanos da autarquia, e esta, por sua vez, também era representada no Conselho Consultivo da Comissão Estadual da Verdade.

Amparadas legalmente para ter livre acesso às comunidades terapêuticas, às unidades do sistema carcerário e aos hospitais de custódia, as entidades paulistas auxiliam o ingresso do CRP SP para a inspeção de questões que vão além do exercício profissional dos(as) psicólogos(as): abrangem também violações de direito.

O trabalho conjunto não apenas fortalece as causas que são comuns, mas confere mais credibilidade ao Conselho, que integra ainda um grupo de entidades de direitos humanos cuja bandeira é a instalação, em São Paulo, do Comitê e Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Várias reuniões já foram feitas nesse sentido e resultaram na apresentação de proposta formal à Secretaria da Justiça do Estado. Abraçam a bandeira a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a Conectas Direitos Humanos, o Instituto Práxis de Direitos Humanos, o Condepe, a Pastoral Carcerária Nacional, a Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura, o Movimento Nacional dos Direitos Humanos, o Centro Santo Dias



Seminário realizado com o Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas



Discussão no OcupaAlesp marcou a criação da Frente Estadual Antimanicomial

de Direitos Humanos, a Pastoral Carcerária e o grupo Tortura Nunca Mais.

A ideia de fazer articulações, de forma a poder interferir em linhas políticas que interessam à categoria, é a de difundir uma imagem da ciência e da profissão da psicologia comprometidas com a promoção de direitos e a qualidade de vida das pessoas, dos grupos e das comunidades. Por isso, parcerias estão em andamento também no interior e litoral, por intermédio das subdesdes, com universidades e seus departamentos, como o Observatório de Educação em Direitos Humanos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), por exemplo, além dos conselhos municipais de Direitos Humanos e Álcool e Drogas.

Relacionamento

As parcerias também são firmadas para a realização de atividades relacionadas ao aprimoramento e à orientação do exercício profissional em outras cidades além das que sediam subdesdes, como Dracena, Registro, Guararapes, São Miguel Arcanjo, Leme, Cruzeiro, Fernandópolis e Santa Fé do Sul. Para isso, são ocupados espaços públicos, como praças, teatros e câmaras municipais.

Em relação à formação de psicólogos(as), principalmente no interior paulista, foram consolidadas parcerias com instituições de ensino superior da região e promovidas ações com coordenadores(as), professores(as) e estudantes do curso de graduação de Psicologia.

Essas iniciativas políticas, conduzidas pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), são fundamentais para o avanço de procedimentos internos e do estreitamento das relações com Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Estadual de Saúde, Condepe e Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp), entre outros. Assim, a Psicologia efetiva seu compromisso com o bem comum.



Audiência pública sobre luta antimanicomial em Sorocaba, interior de São Paulo

Avanços na parceria com o Detran

Durante a gestão 2010/2013, o CRP SP também teve atuação significativa direcionada aos(as) psicólogos(as) que elaboram avaliação psicológica no contexto do trânsito.

A aproximação com o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran) ocorreu em 2012 em razão da suspensão do uso do teste PMK (Psicomocinético de Mira Y Lopez) pelo Conselho Federal de Psicologia, a partir de avaliação da Comissão de Avaliação Psicológica. Como era um dos instrumentos psicológicos obrigatórios definidos pelo órgão em sua bateria mínima, houve um esforço conjunto para esclarecer os(as) profissionais credenciados(as).

Posteriormente, o CRP SP acompanhou as mudanças internas do Detran motivadas pelo fato de ter passado

a ser autarquia pública, e estreitou ainda mais o diálogo com os órgãos ao apresentar aos novos diretores as dificuldades de quem atua na avaliação psicológica no contexto do trânsito, levantadas no Seminário Regional de Psicologia do Trânsito, ocorrido em 2012. Fruto de discussões sobre o tema, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia com o envolvimento de representantes do Detran e interlocutores(as). O GT se reúne regularmente e tem avançado na busca de soluções de boa parte das questões levantadas pelos(as) psicólogos(as) no seminário de 2012.

Outras parcerias vêm sendo estabelecidas com a autarquia, como para a orientação conjunta aos(as) psicólogos(as) credenciados(as) para avaliação psicológica no contexto do trânsito, que já envolveu cerca de 120 profissionais.

Mergulho na informação

AMPLIAÇÃO do acesso a notícias e estímulo à troca de ideias também foram focos da última gestão



Uma das preocupações da gestão que esteve à frente do CRP SP nos últimos três anos – até setembro passado – foi com a ampliação da orientação e do acesso à informação, alinhada ao compromisso com a transparência e o cumprimento da legislação a respeito. Para isso, investiu na elaboração de materiais capazes de enriquecer os debates que hoje desafiam os(as) profissionais da psicologia e em ferramentas que propiciam o compartilhamento de notícias e dados. Nesse sentido estão o Portal da Transparência – sistema criado em 2011 que possibilita a qualquer pessoa ter acesso às informações do CRP SP e acompanhar a resposta de sua solicitação por meio de um nú-

mero de protocolo – e a página do Conselho no Facebook, com divulgação de matérias e eventos, o que possibilita a interatividade. Até setembro de 2013, ela contabilizava a adesão de 17 mil pessoas.

Outros meios de comunicação tiveram continuidade e foram aperfeiçoados. É o caso do *Boletim Informativo*, que teve sua periodicidade – quinzenal – regularizada, passou a ser organizado por seções/editorias e incluiu, entre elas, algumas mais específicas, como a da Mostra Nacional, do Congresso Nacional de Psicologia e do Processo Eleitoral. Já o *Jornal PSI* transformou-se apenas em *PSI* e, com tiragem de 78 mil exemplares, continuou seu trabalho de orientação da categoria em relação aos

mais diversos temas.

Teve ainda andamento a parceria do CPR SP com a TV PUC, no âmbito da qual o programa *Diversidade* foi reformulado por conta das novas dinâmicas de comunicação em um tempo marcado pela grande quantidade de informações.

Fruto da Pesquisa Organizacional sobre Clima, o boletim interno *Cá entre Nós* é novidade: foi criado no início deste ano como uma ferramenta de comunicação entre os(as) trabalhadores(as) que atuam na sede, em São Paulo, e nas nove subsedes do interior e litoral. O boletim traz informações sobre os diferentes departamentos do Conselho, além de notícias da gerência e diretoria e outras mais lúdicas, como

fotos de momentos de descontração dos(as) funcionários(as) e de sua infância. Ao intensificar a comunicação interna, o CRP SP entende que a comunicação com a categoria também flui melhor.

Temáticos

Na mesma linha, de contribuir para o enriquecimento da formação dos(as) psicólogos(as) inscritos(as), o CRP SP investiu na elaboração de produtos como vídeos, que estão disponíveis em seu portal: *Especial VIII COREP*, sobre o Congresso Regional de Psicologia – CRP SP; *Psicologia Organizacional e do Trabalho e Recursos Humanos: estratégias para a atuação profissional*, com conteúdos utilizados como material de apoio no Ciclo de Oficinas Regionais; *Práticas de Psicologia em Emergências e Desastres*, usado como material de apoio nas oficinas e um conjunto de referências técnicas, de políticas públicas e legais sobre o tema; e Mini-CD *ECA 20 Anos*, distribuído em 2010.

Além disso, em fevereiro de 2013 atualizou o *Manual de Orientações: Legislação e Recomendações para o Exercício Profissional do(a) Psicólogo(a)*. Organizou ainda o livro *Álcool e Outras Drogas*, com textos reflexivos de pessoas que estão no cotidiano das práticas e abordam o tema sem preconceitos e estereótipos, e vários outros materiais que subsidiam a discussão sobre a questão étnico-racial e o preconceito racial. Um deles foi o exemplar, com tiragem de 3 mil unidades, da Resolução 18/02, distribuída no 8º Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (Conpsi). A autarquia também apoiou a produção de materiais e eventos com parceiros como a Articulação Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) de Relações Raciais e Subjetividades (Anpsined) e o Instituto Amma Psiquê e Negritude.

Veja acima outras produções da última gestão.

Artes gráficas: Camiseta do movimento “Homofobia, tô fora” e folder contra a internação compulsória. É possível fazer o *download* desses materiais no site.

Exposições Virtuais: Declaração Universal dos Direitos Humanos – 60 Anos, Estatuto da Criança e do Adolescente e Saúde Mental para Todos.

Cartilhas: Da série Comunicação Popular CRP SP, foram lançados os títulos *O tecido e o tear – A psicologia e sua interface com os direitos humanos*; *Bem-querer é o melhor remédio – A psicologia e sua interface com o atendimento integral à saúde mental*; *Vale Cidadania – A psicologia e sua interface com a assistência social*; e *A gente tem a ver com isto – A psicologia e sua interface*

com os direitos das crianças e dos adolescentes.

Cadernos temáticos: Da sequência de 13 edições já lançadas, as últimas três foram produzidas no triênio: 11 – *Psicologia e Diversidade Sexual*; 12 – *Políticas de Saúde Mental e Juventude nas Fronteiras Psi-jurídicas*; e 13 – *Psicologia e o Direito à memória e à Verdade.*

Fichário: Parte das comemorações do Dia do(a) Psicólogo(a), o material foi produzido para assegurar o acesso da categoria a todas as resoluções, notas técnicas vigentes, legislação relacionada à psicologia e ao Código de Ética da profissão. Os fichários foram remetidos pelo CRP SP via Correios aos profissionais.



Confira todo o conteúdo do Relatório de Gestão do último triênio no link www.crp.org.br/portal/comunicacao/pdf/relatorio-gestao-2010-2013-XIII-Plenario-CRP-SP.pdf

Um balanço dos últimos três anos

Avanços. Quantitativos e qualitativos. Essa foi a marca da Comissão de Ética ao longo da última gestão. Os números em relação à gestão anterior chamam a atenção: aumentou em mais de 50% a quantidade de representações recebidas – sobretudo as resultantes de fiscalizações realizadas pelo CRP SP –, o que levou à expansão de 36% no número de processos em trâmite. Assim, foi necessário um intenso empenho de conselheiros(as) e colaboradores(as) na análise, elaboração de pareceres, realização de plenárias éticas e de julgamento, além de reuniões da Comissão de Ética. “Os prazos para a finalização dos processos foram substancialmente reduzidos. Apreciamos muito mais representações recebidas, ampliamos a realização de oitivas, dobramos o número de julgamentos realizados, mas precisamos diminuí-los ainda mais”, aponta o conselheiro Luís Fernando de Oliveira Saraiva, que atualmente é membro da Comissão de Ética e a presidiu no último semestre da gestão do XIII Plenário. “Essa é uma importante medida em respeito às partes envolvidas, frequentemente fragilizadas pelo desgaste do processo, além de uma ação que visa à proteção da sociedade

em geral, com a garantia da qualidade ético-técnica dos serviços ofertados por psicólogos(as)”, acrescenta ele.

Diante desse aumento considerável, foram necessários novos investimentos na qualificação e valorização da equipe de trabalhadores(as), de forma a aprimorar os fluxos e processos de trabalho, aliados à informatização, favorecendo a diminuição de prazos na tramitação. Mas os desafios ainda não foram todos superados, aponta o conselheiro: “Resta avançar na regionalização da Comissão de Ética, possibilitando que todas as subsedes do Estado realizem oitivas, facilitando o acesso de psicólogos(as) e daqueles(as) que fizeram denúncias sobre possíveis infrações éticas. Ainda, não faz sentido que a Comissão de Ética permaneça em um lugar unicamente investigatório e punitivo; ela há de investir na construção também de um espaço educativo e preventivo, antecipando-se às infrações dos profissionais.”

Nesse sentido, a análise de denúncias e processos, com o levantamento de infrações mais recorrentes, vem subsidiando cada vez mais ações preventivas, que visam à orientação da categoria, de forma a garantir o exercício profissional com qualidade. Ao deparar com a predominância de

denúncias em relação à realização de avaliação psicológica e de documentos emitidos por psicólogos(as), destinados sobretudo a processos judiciais na Vara de Família, o CRP SP passou a realizar oficinas em todo o Estado sobre a produção de documentos escritos, orientando profissionais e esclarecendo suas principais dúvidas. Da mesma forma, vem investindo na ampliação da comunicação com a categoria, para que um maior número de profissionais possam ser orientados(as). Continuar investindo nessa função também educativa, analisando e sistematizando as principais infrações cometidas, parece ser um importante desafio para as próximas gestões.

Outro importante avanço na Comissão de Ética diz respeito às discussões sobre as possibilidades de conciliação nos processos éticos, diante de queixas de menor gravidade. Para Luís Saraiva, essa seria uma forma de se buscar respostas mais rápidas e de maior resolutividade, garantindo o exercício profissional de qualidade e a superação de conflitos entre as partes. Vale lembrar que foi o CRP SP que provocou essa discussão no Sistema Conselhos de Psicologia, restando o desafio de implementar os procedimentos. Confira os números na tabela abaixo.

| | 2007 | 2008 | 2009 | TOTAL 2007/2010 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | TOTAL 2010/2013 |
|---|------|------|------|--------------------|------|------|------|------|--------------------|
| Processos em tramitação (PDE E PE) | 336 | 341 | 397 | 1074 | 386 | 385 | 356 | 340 | 1467 |
| Representações recebidas no ano (PDE) | 65 | 74 | 83 | 222 | 92 | 85 | 93 | 70 | 340 |
| Representações apreciadas em Plenária (PDE) | 48 | 81 | 118 | 247 | 72 | 99 | 75 | 67 | 313 |
| Julgamentos realizados (PE) | 26 | 25 | 34 | 90 | 35 | 55 | 66 | 29 | 180 |

Penalidades éticas

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP nº 1835/2012, oriundo do Processo Ético CRP/SP nº 19/09, faz divulgar a penalidade de **CASSAÇÃO DO REGISTRO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL**, *ad referendum do Conselho Federal*, ao psicólogo OSVALDO YUKIO SHIMODA – CRP 06/15086 por:

- Identificar-se como psicólogo, sem número do CRP, e psicoterapeuta em site e em programas de TV relacionados a técnicas não reconhecidas pela ciência e pela profissão, podendo produzir fluxos de informação que percorrem tempos indeterminados.
- Realizar segundas menções à palavra “cura”, associada à titulação profissional de psicólogo, em veículos de grande alcance de audiência.
- Afirmar em site que a “Terapia das Vidas Passadas” não está vinculada à religião e que, embora confirme a teoria da reencarnação, não é uma terapia espírita, mas sim um método psicoterápico.
- Insistir na correlação de atividades profissionais a crenças de dimensão espiritual, reafirmando seu caráter científico, sem pesquisas comprobatórias, mesmo após sucessivas intervenções do CRP.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, no Princípio Fundamental I e Artigos 1º “c”, 2º “b”, “f” e 20 “a”, “c”, “e”, “h”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP nº 41/09, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** à psicóloga MARLI DOS REIS DA SILVEIRA – CRP 06/38592 por:

- Divulgar serviços psicológicos utilizando como atrativo o preço; fazer proposta de honorários que caracterizam concorrência desleal; garantir resultados a priori, decorrentes da prestação de serviços psicológicos; induzir o leitor a recorrer a serviços, com promessas de resultados fáceis e certos. Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, no Artigo 20 “d”, “e”, “h”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP nº 33/10, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** à psicóloga PATRICIA REITER GUARDIA – CRP 06/24631 por:

- Oferecer serviços enquanto psicóloga, realizando aconselhamento psicológico por meio eletrônico, sem atender as exigências necessárias, desrespeitando a Resolução CFP 012/2005, que regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador, vigente à época dos fatos.
- Não ter informado o nome completo, o CRP e o número de registro em sites em que se identifica como psicóloga, descreve sua formação e atividades na área e faz aconselhamento psicológico.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, nos Artigos 1º “c” e 20 “a”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP/SP nº 49/10, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** à psicóloga ANA REGINA DIAS PEREIRA – CRP 06/8026 por:

- Ter emitido conclusão sem avalia-

ção psicológica de candidato à Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

- Não ter cumprido seu efetivo papel profissional como Perita Psicóloga, com isso desrespeitando princípios éticos da Psicologia, lesando a profissão e colocando em risco a sociedade.

Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, no Princípio Fundamental VI e Artigos 1º “c” e 2º “g”, “h”.

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CFP nº 2432/2012, oriundo do Processo Ético CRP/SP nº 12/09, faz divulgar a penalidade de **CENSURA PÚBLICA** ao psicólogo FREDERICO AUGUSTO DE HELD NAHRA – CRP 06/60932, por ter:

- Redigido documento a respeito do quadro afetivo-emocional de criança não avaliada, mas apenas observada em alguns momentos de espera, enquanto sua mãe era atendida, além de fazer afirmações sobre encontros da criança com o pai que não presenciou e trazer informação de terceiro, com o qual não havia estabelecido sequer contato visual.
 - Apresentado “declaração” que apresenta afirmações a respeito de uma criança, sem fundamentação e rigor ético e técnico.
 - Emitido documento sem especificar a data, a quem se destina e sua finalidade, como prevê a Resolução CFP 007/2003, e por não zelar pela confidencialidade e qualidade do documento redigido.
- Pelo exposto, caracteriza-se infração ao Código de Ética Profissional do Psicólogo, nos Artigos 1º “c” e 2º “g”.

Testes psicológicos: alerta aos(as) profissionais de RH

O CRP SP tem buscado esclarecer o uso de testes psicológicos no contexto organizacional. O foco são os departamentos de Recursos Humanos e as consultorias que utilizam Teste Discus ou Disc para processos de seleção.

O alerta reforça que os(as) responsáveis por esse teste, assim como por outros nas mesmas condições, não apresentaram ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) os dados sobre o processo de padronização, validação e precisão do instrumento com a população brasileira e, portanto, não tiveram parecer favorável para uso por profissionais de psicologia, o que prejudica a qualidade técnica do serviço

oferecido pelo(a) psicólogo(a) e pela prestadora de serviços.

Queixas sobre o uso indevido de testes psicológicos são frequentes no contexto organizacional e motivam fiscalizações. As irregularidades são diversas, como o uso de teste psicológico sem parecer do CFP, com parecer desfavorável ou ainda aplicados pela internet sem validação para esse meio. O uso de testes psicológicos por profissionais sem inscrição ativa ou não psicólogos(as) também caracteriza exercício ilegal da profissão.

O CRP SP indica que a escolha de um teste seja pautada na consulta à relação dos considerados favoráveis para uso pelo CFP, em lista periodicamente atua-

lizada e disponível no endereço eletrônico www2.pol.org.br/satepsi/sistema/admin.cfm.

O Conselho também ressalta que a utilização de testes psicológicos é uma atividade privativa do(a) psicólogo(a) com inscrição ativa no respectivo órgão de classe e, portanto, somente esse(a) profissional está habilitado(a) para uso do instrumento em avaliação psicológica, em qualquer contexto.

Mais esclarecimentos podem ser obtidos com a Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP, pessoalmente na sede em São Paulo ou em uma das nove subsedes, cujos contatos estão disponíveis no site www.crp.org.br/.

Credenciados(as) no Detran recebem informações

O CRP SP atua em parceria com o Detran na organização de encontros com profissionais de psicologia credenciados(as) para realizar avaliação psicológica de candidatos(as) à carteira profissional de condutores. A ideia é esclarecer questões técnicas e éticas para o exercício profissional, além de identificar aspectos que possam interferir na qualidade do trabalho.

A partir de revisão de legislação que reconhece a profissão de psicólogo(a) e cria o Sistema Conselhos, os representantes do CR SP traçam um panorama geral com destaque para a missão de orientar, fiscalizar, disciplinar e regulamentar/normatizar o exercício profissional. Apresentam ainda um breve histórico das ações desenvolvidas em Psicologia do Trânsito e as principais orientações aos(as) profissionais da psico-

logia nesse contexto: acolhimento aos(as) candidatos(as); importância e cuidados na entrevista psicológica; escolha de instrumentos adequados; correção cuidadosa de todos os instrumentos; relevância da análise e conclusão do processo de avaliação psicológica; direito do(a) candidato(a) à devolutiva; comprometimento da qualidade de trabalho ao exceder a cota diária de avaliações; e cuidados na relação com Centros de Formação de Condutores (CFCs). O *Código de Ética Profissional* e as diversas resoluções que norteiam a qualidade do exercício da psicologia também são reforçados como forma de orientação à categoria, já que a atuação do(a) psicólogo(a) no contexto do trânsito é a segunda maior causa de processos éticos que tramitam no CRP SP. Fique atento(a) aos convites do CRP SP e do Detran e participe.



Em defesa da infância e adolescência

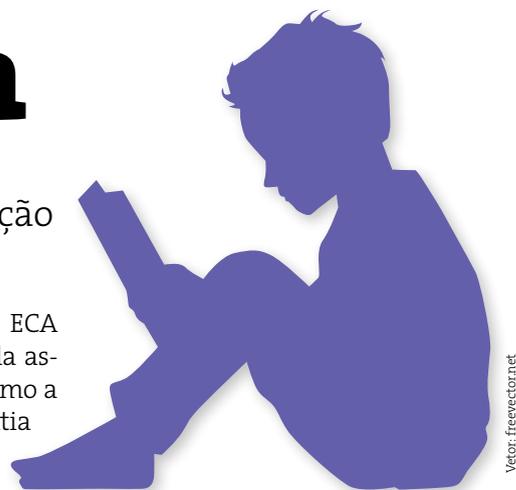
EVENTOS em Campinas e Ribeirão Preto reforçam posição do CRP SP contrária à redução da maioridade penal

Em comemoração aos 23 anos da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, em agosto foram promovidos eventos nas subsedes do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) de Campinas e Ribeirão Preto. O mote foi a apresentação de dados e argumentos contrários à redução da maioridade penal, umas das bandeiras defendidas pelo CRP SP.

Em Campinas, o encontro teve como disparador do debate o documentário *Aquário sem Ar*, que contextualiza a temática da redução da maioridade penal e do sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte. Segundo Gustavo Sales, gestor da subsede, o objetivo

foi discutir, a partir do filme, do ECA e de políticas públicas de saúde, da assistência e do esporte, questões como a importância da promoção e garantia dos direitos da infância e adolescência e a não redução da maioridade penal. “Foi tão produtivo que, em setembro, durante discussão aberta sobre estratégias de enfrentamento da violência, o tema foi novamente colocado em pauta. Não é um debate pontual, que se encerra em uma data ou um encontro. Estamos avançando na interlocução com a categoria”, diz Sales.

Já em Ribeirão Preto, o evento incluiu palestras do conselheiro do CRP SP Luis Fernando de Oliveira Saraiva, que atuou por longo período na assistên-



Vetor: freevector.net

cia social, e da professora da Unesp de Rio Claro, Débora Cristina Fonseca. Segundo o coordenador da subsede, Leandro Gabarra, o objetivo foi difundir conhecimentos práticos e acadêmicos contrários à redução da maioridade penal. “Débora mostrou dados de suas pesquisas e Saraiva trouxe elementos do cotidiano do trabalho na área de assistência. Essas reflexões mostraram a importância de políticas de defesa da infância e adolescência”, defendeu.

Novo espaço em Ribeirão Preto

Em 24 de setembro, após dez meses de construção, a nova subsede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) de Ribeirão Preto foi apresentada aos(as) psicólogos(as) da cidade e região. As obras terminaram, mas a inauguração oficial está prevista para fevereiro de 2014, já que os móveis serão adquiridos por processo de licitação ainda em andamento.

A opção foi pela demolição da antiga sede para a construção de um espaço mais moderno, funcional e arquitetado para abrigar cursos e palestras. “Estávamos no imóvel há 15 anos, e já estava na pauta a necessidade de ambientes próprios para encontros e o maior conforto dos colaboradores”, diz Leandro Gabarra, conselheiro tesoureiro do CRP SP e coordenador da subsede.

Ele ressalta que, antes da decisão pela

permanência no endereço, foram realizadas pesquisas das rotas do transporte público, para facilitar o acesso dos(as) psicólogos(as). “Após esse estudo e análises econômicas, optamos por permanecer no mesmo local. Até a mudança, seguimos atendendo na casa vizinha à subsede”, diz.

Com dois pisos e 317 metros de área construída, além de salas desenhadas para o trabalho mais confortável e o melhor atendimento do público, os móveis valorizarão a ergonomia. A possibilidade de realizar eventos, debates e rodas de conversas em auditório próprio com capacidade para 70 pessoas com bastante conforto é outro diferencial, que possibilitará à subsede – reconhecida pela qualidade das discussões que promove – firmar-se como referência por dispor de amplo espaço para educação e orientação.



ANTES



DEPOIS

Acesse o Portal da Transparência

Atendendo à Lei de Acesso à Informação (nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), regulamentada pelo Decreto nº 7724/2012, o CRP SP criou em seu site o Portal da Transparência. O objetivo é aprimorar e ampliar o acesso de psicólogos(as) e de todos(as) os(as) cidadãos(ãs) a informações sobre o funcionamento da gestão e administração da institui-

ção. Estão disponíveis dados sobre a gestão administrativa, financeira e de trabalho, além de outros estatísticos. A ideia do Portal é também possibilitar maior integração entre o CRP SP e a categoria, de forma a alinhar as ações às demandas e ampliar o diálogo. Não deixe de conhecer a nova ferramenta. Acesse: www.crpsp.org.br/portal/conselho/transparencia



Atrocidades em hospital psiquiátrico são abordadas em audiência pública

Em agosto último, o CRP SP participou de audiência pública organizada pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva que marcou o lançamento da publicação *Holocausto Brasileiro*, da jornalista Daniela Arbex. O livro trata das cruéis práticas cometidas de 1903 a 1980, período em que o Hospital Psiquiátrico Colônia, em Barbacena (MG) estava em atividade. Há registro de 60 mil mortes no período de funcionamento da instituição, incluindo homens, mulheres e crianças. A extrema maioria foi internada à força.

A conselheira da gestão 2010/2013 do CRP SP, Maria Orlene Daré, falou sobre a inspeção nacional que o Sistema Conselhos realizou em 2004 em hospitais psiquiátricos em todo o País e, em 2011, nas comunidades terapêuticas, constatando, em ambas as épocas, os aspectos degradantes dos(as) pacientes. “O que vemos hoje é um holocausto repaginado, porque as violações de direitos seguem acontecendo nesses espaços. Permanecemos em luta por uma sociedade sem manicômios. Nossa prática, enquanto psicólo-



CRP SP participou do lançamento da obra *Holocausto Brasileiro*

gos, não irá compactuar com violência e morte”, afirmou.

O livro *Holocausto Brasileiro* é um importante documento histórico de uma tragédia que aconteceu diante dos olhos de todo o País e cujos desdobramentos seguem na vida social brasileira. Uma leitura necessária. A publicação pode ser adquirida pela internet.

“O QUE VEMOS HOJE É UM HOLOCAUSTO REPAGINADO”

Maria Orlene Daré

No ar, site sobre relações raciais

O Conselho Federal de Psicologia acaba de lançar o site Psicologia e Relações Raciais, com notícias, vídeos, legislações e publicações sobre o tema. A plataforma possibilita ainda enviar contribuições para o *Guia de Referência Psicologia Relações Raciais*, que apresenta as produções bibliográficas sobre relações raciais na psicologia. São livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de leituras complementares, sites, filmes/documentários e documentos. Confira: relacoesraciais.cfp.org.br/



Jornada de 30 horas no Judiciário

O governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, sancionou o PLC Estadual 04/13, que dispõe sobre a jornada de trabalho de psicólogo(a) judiciário(a), alterando-a para 30 horas semanais. O PLC se tornou Lei Complementar, publicada em 25 de setembro, no *Diário Oficial*. Dessa forma, a jornada de trabalho do(a) profissional de psicologia que atua no Tribunal de Justiça de São Paulo passa de 40 para 30 horas semanais, igualando-se ao(a) assistente social judiciário(a).



foto: sxc.hu

Novas páginas temáticas no portal do CRP SP



Já estão no ar no site do CRP SP as páginas temáticas Sexualidade e Gênero e Interfaces com a Justiça. O Projeto Integrador Interface com a Justiça articula temas relacionados à rede de garantia de direitos: sistema prisional, adolescentes em conflito com a lei, escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência, atuação de psicólogos(as) no Judiciário, parcerias do CRP SP com Ministério Público e Defensoria Pública. No site é possível acessar notícias, diretrizes, documentos, notas e pareceres, en-

tre outras informações relacionadas ao tema. Conheça: www.crpsp.org.br/interjustica/

Já a página temática Sexualidade e Gênero é fruto do entendimento, por parte do CRP SP, de que a psicologia como ciência e profissão deve aglutinar-se a outros atores sociais para construir uma sociedade que garanta os direitos de seus cidadãos e suas cidadãs. Assim, é possível encontrar informações sobre o envolvimento do Conselho na luta pelos direitos sexuais e reprodutivos de todos(as). Acesse: www.crpsp.org.br/comissex/

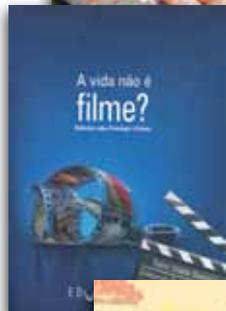


Demência: uma questão multiprofissional

Rosimeire Vieira da Silva, Rosiris Vieira da Silva e Simone Barbosa Romer, São Paulo, LMP Editora, 2013, 80 ps.

A publicação traz proposta de atendimento feita por uma equipe de altíssima qualidade em diversas áreas da saúde, porém focadas nos transtornos cognitivos demenciais. Modelo de tratamento multiprofissional traz as principais causas da doença, prevenção e avaliação clínica neurológica, fonoaudiológica, fisioterapêutica e nutricional, entre outras. Preparado por uma equipe atuante no dia a dia da doença, mostra os tratamentos farmacológicos e não farmacológicos oferecidos, medidas de prevenção e qualidade de vida.

PREÇO: R\$ 50,00 – TELEFONE: (11) 3495-9256 – INTERNET: www.snetcommerce1serv2.com.br

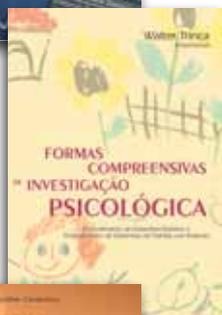


A vida não é filme? – Reflexões sobre Psicologia e Cinema

Tales Vilela Santeiro e Deborah Rosária Barbosa (orgs.), Uberlândia, Editora EDFU, 2013, 320 ps.

O livro traz capítulos que discutem alguns temas da Psicologia como: terapia de família, análise do comportamento, ciência e senso comum, trabalho e educação, entre outros. Cada capítulo trata de um desses pontos a partir da leitura e discussão de um filme. A maioria dos(as) autores(as) é professor(a) de Psicologia e escreve sobre a experiência do uso de um filme em sala de aula para discutir um desses temas.

PREÇO: R\$ 40,00 – TELEFONE: (34) 3239-4293 – INTERNET: www.edufu.ufu.br



Formas Compreensivas de Investigação Psicológica

Walter Trinca (org.), São Paulo, Vetor Editora, 2013, 374 ps.

A obra é o resultado de um esforço de atualização, realizado por um grupo de pesquisadores(as), de duas técnicas de investigação psicológica amplamente conhecidas e divulgadas como recursos clínicos e não clínicos: o Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E) e o Procedimento de Desenhos de Família com Estórias (DF-E). O(a) leitor(a) encontrará ampla exposição das técnicas, que inclui finalidades, fundamentações e pesquisas, assim como bases de interpretação e de análises clínicas. Nessas técnicas, são relevantes as dinâmicas subjetivas, intersubjetivas e interrelacionais, bem como a pluralidade e a diversidade de abordagens teóricas que se lhes aplicam. Particularmente, são descritas as abordagens psicanalíticas, comportamentais e junguianas, entre as inúmeras possibilidades existentes.

PREÇO: R\$ 89,00 – TELEFONE: (11) 3146 0337 – INTERNET: www.vetoreditora.com.br

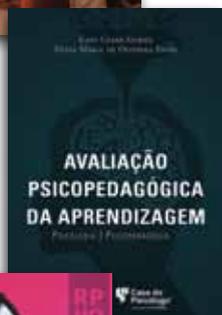


O amor nos tempos da velhice: Perdas e envelhecimento na obra de Gabriel García Márquez

Jamille Mamed Bomfim Cocentino, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013, 134 ps.

A obra do escritor colombiano oferece preciosos subsídios para reflexões sobre a vida e o amor em diferentes idades. Possui o mérito de abordar o envelhecimento de forma processual, ao apresentar os personagens muito jovens e representar sua vida até a fase da velhice. Em suas páginas encontram-se elementos que apontam para dificuldades e conquistas frequentes ao longo do desenvolvimento humano. O processo de envelhecimento é, portanto, retratado e apresentado na narrativa de forma leve e prazerosa, sem ignorar as dificuldades e os desafios dessa fase da vida.

PREÇO: R\$ 31,00 – TELEFONE: (11) 3034-3600 – INTERNET: www.casadopsicologo.net



Avaliação psicopedagógica da aprendizagem: Psicologia e Psicopedagogia

Caio Cesar Gomes e Sílvia Maria de Oliveira Pavão, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013, 130 ps.

Obra de natureza didática, com aspectos que envolvem Psicologia, Sociologia e Psicopedagogia. Uma compreensão atual dos fatores intervinientes no processo de aprender que possibilita as formas de interação da pessoa no mundo. Um modelo próprio de avaliação psicopedagógica, originado de anos de experiência dos autores adquirida em atividades clínicas com crianças que apresentaram alterações na aprendizagem. Para compreendê-las, foram realizadas investigações nos processos didáticos e pedagógicos aos quais elas estavam submetidas. Livro que interessa aos profissionais que trabalham com aprendizagem, educação e desenvolvimento.

PREÇO: R\$ 30,00 – TELEFONE: (11) 3034-3600 – INTERNET: www.casadopsicologo.net

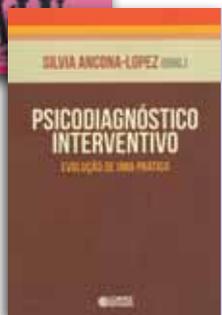


Malu – Memórias de uma Trans

Cordeiro de Sá – RPHQ

Em formato de história em quadrinhos, a publicação conta a história de Malu, que, na verdade, é uma colagem ficcional de depoimentos e casos reais do universo LGBT. Por meio das aventuras e desventuras da protagonista, é possível refletir sobre o respeito a pessoas que lutam diariamente contra o preconceito e por sua identidade e liberdade.

Mais informações: www.facebook.com/ribeiraopretoemquadrinhos



Psicodiagnóstico interventivo – Evolução de uma prática

Sílvia Ancona-Lopez, São Paulo, Cortez Editora, 2013, 240 ps.

O psicodiagnóstico interventivo coloca-se atualmente como uma prática consolidada. Sua importância e eficácia têm sido evidenciadas por meio de inúmeras pesquisas e por sua utilização em diferentes contextos, como em consultórios de psicologia, e institucionais, clínicas-escola, postos de saúde, instituições hospitalares, creches, abrigos e outros serviços de atendimento à comunidade.

PREÇO: R\$ 48,00 – TELEFONE: (11) 3611 9616 – INTERNET: www.cortezeditora.com.br

da Psicologia em SP



Realização KMZ Conteúdo (11) 3031-7360
Jornalista Responsável Marina Bueno (MTb 54.276)
Reportagens Erika Mazon e Marina Bueno
Arte Fajardo Ranzini Design Gráfico (11) 3021-2465
Foto da capa Victor Moriyamai
Revisão KMZ Conteúdo
Impressão Rettec Artes Gráficas
Tiragem 79.000 exemplares
Periodicidade Bimestral

Sede CRP SP
Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails
Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Comunicação | comunicacao@crpsp.org.br
Site | www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP
Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020

Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315



**Conselho Regional
de Psicologia SP**